

Menores somam 10% da força de trabalho

São 128.886 crianças e adolescentes, de 10 a 17 anos, entre 1,3 milhão trabalhadores

ANGELA TEJO

O trabalho infantil já representa 10% da força produtiva no Espírito Santo. Do contingente de 1.304.781 trabalhadores no mercado capixaba, 128.886 são crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 17 anos, segundo estatísticas do IBGE. Deste grupo, 37% são crianças de 10 a 14 anos e trabalham fora da lei. A Constituição Federal proíbe o trabalho de crianças até 14 anos, "salvo como aprendizes". A pobreza, o desemprego e a falta de perspectivas são apontadas como as principais causas do trabalho infantil, uma vez que o dinheiro da criança complementa a renda familiar conforme levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Sindicato dos Trabalhadores Profissionais Domésticos no Espírito Santo.

A estatística, baseada na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios do IBGE, indica ainda que das crianças e jovens que trabalham no Estado, 84.059 (65,2%) são homens e 44.827 (34,8%), mulheres. Do universo de 48.397 crianças de 10 a 14 anos que trabalham, 25.986, que correspondem a mais da metade, não são remuneradas. Ainda nesta faixa etária, 2.547 crianças atuam no setor agropecuário na produção para o próprio consumo.

Já entre os adolescentes, as estatísticas mostram que 80.489 têm alguma forma de ocupação, mas nem todos têm salários garantidos: 27.006 não são remunerados e 1.527 trabalham no campo para o próprio consumo.

DOMÉSTICAS - Das meninas que trabalham, 18.336 são domésticas, sendo que 5.600 têm até 14 anos. Este tipo de atividade, no entanto, é

chamada de "trabalho invisível", uma vez que o serviço dentro de casa não pode ser fiscalizado, já que por lei o domicílio é inviolável, e não ser por ordem judicial. Esta "proteção" acaba facilitando a exploração do trabalho infantil, com menores trabalhando sem receber salários, em troca de roupa, dormida e um prato de comida.

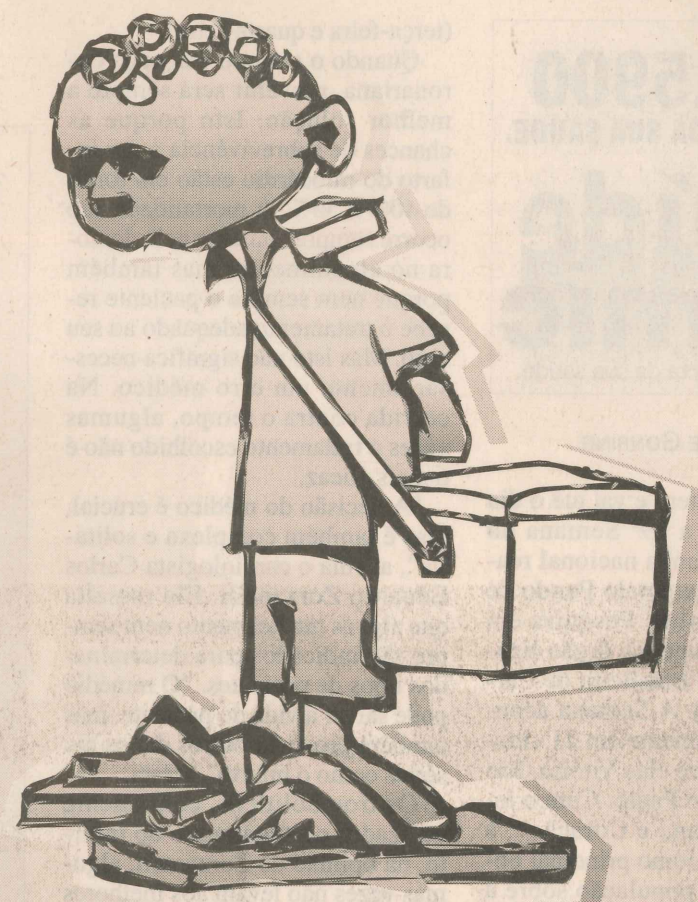
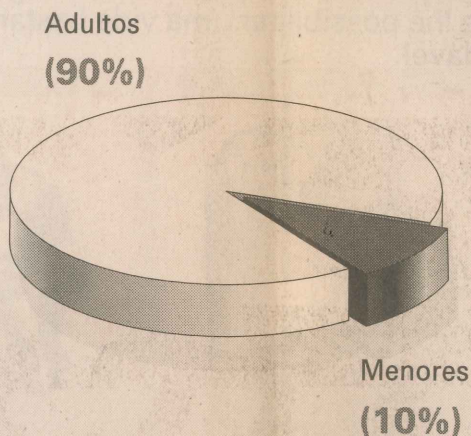
Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre "O Serviço Doméstico Remunerado no Brasil: de Criadas a Trabalhadoras", indica que o Espírito Santo está na contramão da realidade nacional. Enquanto que, na média nacional, está reduzindo o trabalho de domésticas na faixa de 10 a 14 anos, no Estado houve um crescimento.

A pesquisadora do Ipea, Hildete Pereira de Melo, autora do estudo, informou que a quantidade de crianças domésticas no Espírito Santo, até 14 anos, saltou de 3.477 em 1993, para 5.600 em 1996. Estas meninas representam 5,6% do total das quase cem mil domésticas que trabalham em casas de família no Estado. A pesquisa revela, ainda, que entre as crianças domésticas, quase a metade (2.037) não recebe remuneração.

- "O serviço doméstico costuma ser o primeiro emprego para as crianças mais pobres. Ele representa a porta de entrada para o mercado de trabalho", assinala Hildete Pereira, acrescentando que por ser uma atividade que não requer treinamento e, muito menos, qualificação, se tornou de fácil acesso. Além disso, ela observa que foi criada a imagem distorcida de que a mulher nasceu para o serviço doméstico, sendo encarado como natural as meninas cuidarem de uma casa ou de um bebê.

A FORÇA DO TRABALHO INFANTIL

Está avançando no Estado a quantidade de crianças que estão na atividade produtiva. A grande maioria, no entanto, trabalha sem carteira assinada e tem os seus direitos trabalhistas ignorados pelos empregadores. A Constituição Federal, que proíbe o trabalho infantil até aos 14 anos, também vem sendo desrespeitada.



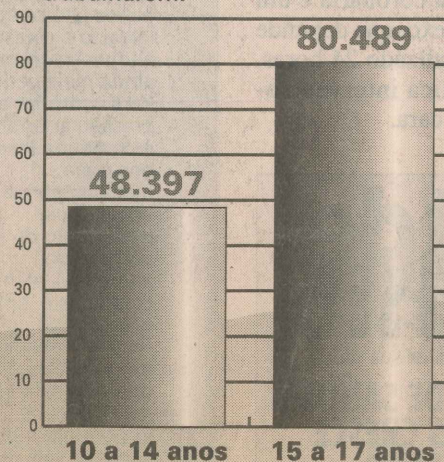
SERVIÇOS DOMÉSTICOS

Nesses serviços, muitos trabalham em troca de:



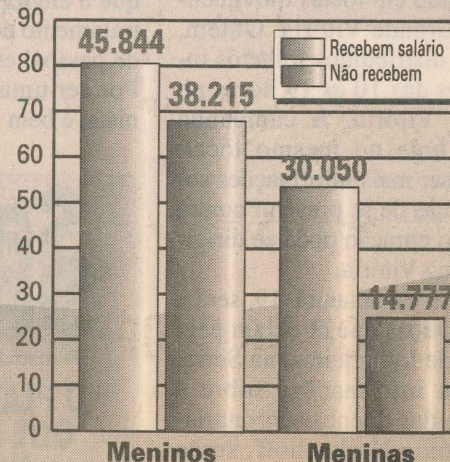
IDADE

Segundo o Ipea, pais desempregados incentivam os filhos menores a trabalharem.



Sexo

Os meninos que trabalham são quase o dobro em relação às meninas.



Empresa abre espaço para criança carente

Ao contrário do trabalho doméstico, onde algumas famílias chegam a

necessitados. Para que o adolescente seja empregado, no entanto, é

Fonte: IBGE

explorar os menores, muitas empresas no Estado estão abrindo as suas portas para empregar adolescentes carentes. E o mais importante, com todos os direitos garantidos: carteira assinada, remuneração a partir de um salário mínimo, vales-transportes, férias, 13º salário e, até mesmo, tickets-refeição. O Centro de Integração Empresa-Escola do Espírito Santo (CIEE-ES) já colocou nos últimos 17 anos mais de 165 mil estudantes em estágios e empregou no mercado de trabalho aproximadamente mil menores carentes e socialmente marginalizados.

No Estado, mais de 400 empresas capixabas, públicas e privadas, são conveniadas ao CIEE, oferecendo empregos aos menores com todas as garantias trabalhistas, conforme informou o superintendente Executivo, Jossyl Cesar Nader. No Programa Adolescente e Cidadania, voltado para adolescentes carentes de 14 a 18 anos, estão empregados atualmente 259 adolescentes. No entanto, já foram atendidos pelo programa 709 jovens. Neste programa o menor trabalhador recebe curso profissionalizante e tem carga horária reduzida de seis horas. Muitos são filhos de pais desempregados e chegam a sustentar a família.

Os menores do Programa Adolescentes e Cidadania são encaminhados ao CIEE através da Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Vitória, que faz uma triagem dos mais

pré-requisito fundamental que ele estude seja proveniente de família com renda de até dois salários mínimos. A estimativa do CIEE é que mais de quatro mil menores estejam inscritos na PMV aguardando oportunidade de emprego.

ESTÁGIO – Outro programa do CIEE é o que encaminha jovens, a partir dos 16 anos, para o mercado de trabalho através de estágio. O principal objetivo é aprimorar a formação prática, por meio da interação de jovens à vida produtiva e profissional. Cerca de 16 mil estudantes estão inscritos à espera de uma vaga e em torno de 3.200 já estão estagiando nas empresas conveniadas, dos quais 1.100 têm entre 16 e 18 anos. Ao final do estágio, que tem duração de um ano, cerca de 41% dos estagiários são contratados pelas empresas.

Este programa representa um bom negócio tanto para a empresa quanto para o estudante. A empresa leva vantagens ao agregar benefícios como a redução nos custos, ausência de vínculo empregatício, isenção de encargos sociais e trabalhistas e, inclusive, benefícios fiscais e tributários. Já os estudantes em estágio, além da bolsa-auxílio, recebem orientação profissional e experiência profissional na área desejada. A remuneração média é de R\$ 280,00, com carga horária máxima de seis horas.

Escolaridade é preocupação

Advogados trabalhistas têm uma visão crítica do trabalho infantil, principalmente das crianças empregadas com menos de 14 anos de idade, o que é proibido pela Constituição federal. “O menor que trabalha hoje e está fora das escolas, com certeza vai ser um maior desempregado amanhã”, alerta o advogado Joaquim da Silva.

Ele enfatiza que, além de inconstitucional, é um absurdo uma sociedade admitir que crianças menores de 14 anos desenvolvam uma atividade produtiva, advertindo que este tipo de situação deveria ser denunciado à Justiça. “O quadro de pobreza e miséria, no entanto, forçam estas crianças a buscarem um trabalho para terem um renda mínima. Mas este quadro é patológico e não devemos ter nenhum tipo de tolerância”, adverte Joaquim da Silva.

Na sua avaliação, o Ministério Público deveria ampliar a fiscalização sobre o trabalho do menor, inclusive para que eles tenham garan-

tido todos os seus direitos. Para o advogado, “é ilegal” em um sistema democrático o fato de uma criança ter que encarar a dureza de um trabalho, perdendo as chances de estudar para que no futuro se torne um profissional qualificado. “Sem os estudos, as portas no mercado de trabalho se fecham”, alerta.

O advogado Angelo Latorraca também faz corrente contra o trabalho infantil. E justifica: “O menor trabalhador tem prejudicada a sua formação intelectual”. Ele destaca, ainda, que os maiores de 12 anos, por lei, só podem trabalhar salvo na condição de aprendizes, em estágio remunerado.

Latorraca enfatiza que, embora o trabalho dos adolescentes de 14 a 17 anos deva ter uma jornada reduzida, para possibilitar que eles estudem, são poucas as empresas que respeitam este preceito constitucional. “Há segmentos, como carvoarias, onde o menor chega a trabalhar 12 horas por dia”, repudia.

Meninas recebem ‘casa e comida’

Roupas usadas, alimentação e lugar para dormir. É com estes “favores” que grande parte das meninas que trabalham como domésticas estão sendo pagas. Em troca do pagamento de salários, as famílias acabam condições de vida que estão distantes de suas realidades. Muitas famílias, inclusive, chegam a prometer estudos mas, na verdade, as crianças acabam tendo é muito serviço.

Histórias desse tipo chegam com frequência ao Sindicato dos Traba-

lhadores Profissionais Domésticos do Espírito Santo, “mas raramente são denunciadas à Justiça, pois as meninas temem perder o emprego” disse a presidente do Sindicato, Maria Pereira dos Santos. A presidente do Sindicato reconhece que há muitos casos de meninas carentes, principalmente do interior do Estado, que vêm para a Grande Vitória atraídas por promessas de emprego, salário, estudos e uma vida melhor.

– Os menores deviam estar estudando, e não trabalhando –, alerta a

presidente do Sindicato. Ela denuncia, ainda, que das meninas domésticas que chegam a receber salários, são poucas as que têm carteira assinada e as garantias dos direitos trabalhistas. “A maioria trabalha dois ou três anos na casa de família e, quando vai embora, não tem os seus direitos pagos, como férias, 13º salário e recolhimento do INSS”, afirmou Maria Pereira dos Santos.

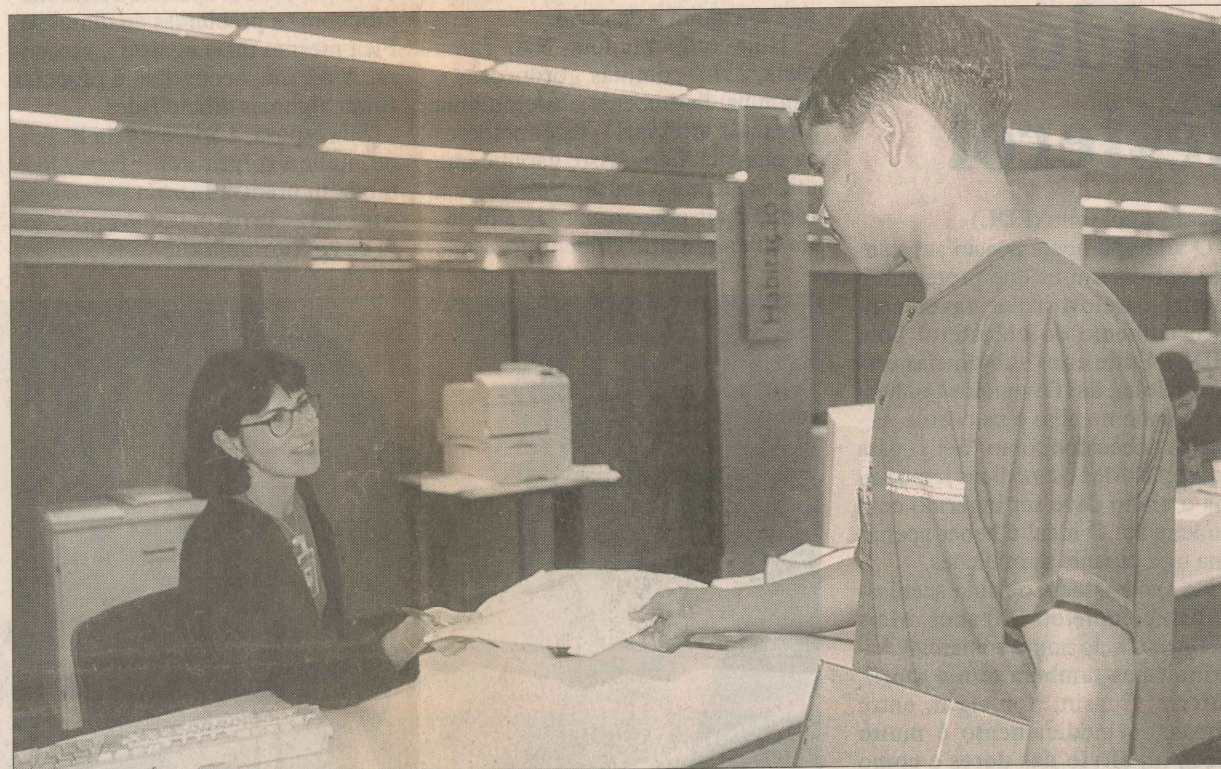
SEM DIREITO – A presidente do Sindicato, Maria Pereira dos Santos,

informou que apenas este ano mais de 40 reclamações de menores chegaram ao Sindicato, por não recebimento dos direitos trabalhistas. “O pior que é muitas famílias buscam estas meninas no interior, com o pretexto de que elas vão estudar, mas em troca elas acabam trabalhando e não recebendo sequer o salário”, denunciou.

– Elas vêm para morar com as famílias, mas acabam sendo exploradas e não recebem salários –, enfatiza a presidente do Sindicato das Domésticas. A sua estimativa é que ano a ano esteja aumentando em torno de 2% o trabalho doméstico infantil. Ela justifica que o desemprego dos pais destas menores e a miséria que vivem as famílias acabam contribuindo para este crescimento. “Estas famílias vivem em situação precária e os próprios pais acabam incentivando que suas filhas trabalhem como domésticas, pois é uma forma de complementação de renda”, assinala.

Na avaliação de Maria dos Santos, a situação de pobreza das famílias destas meninas, acabam fazendo com que elas aceitem esta situação ilegal de trabalho. Ela adverte que, embora a Constituição Federal estabeleça que o menor não pode ter a mesma carga horária que um adulto, muitas meninas acabam trabalhando mais que oito horas por dia.

Enquanto o trabalho doméstico infantil vem crescendo, o mercado de trabalho para adulto está encolhendo. Segundo a presidente do Sindicato das Domésticas, de 1996 para cá a oferta de emprego foi reduzida em torno de 6%, em relação aos anos anteriores.



Sérgio Cardoso

EXPERIÊNCIA

L.C. foi selecionado pelo Centro de Integração Empresa-Escola do Espírito Santo e recebe todos os direitos

Babá ajuda a mãe e dois irmãos

Ela tem 15 anos de idade, mas desde os 14 já era empregada como babá. Cuidava de duas crianças, trabalhava nove horas por dia e ganhava R\$ 60,00 por mês. Com este salário minguaço, J.F.S. ajudava a mãe, manicure, a manter a casa com mais dois irmãos, que não trabalhavam.

– Minha mãe não me obrigou, mas pediu para eu arrumar um serviço para ajudá-la. Se dependesse dela, hoje não teria nada que tenho –, conta J.F.S., que posteriormente

deixou o emprego de babá para estudar e há dois anos conseguiu um emprego na CEF como atendente, através do Programa Adolescente e Cidadania do CIEE. A menor teve o ganho aumentado, recebendo atualmente um salário mínimo, ticket-refeição, vale transporte, além de férias e 13º salário.

K.G.S., com 17 anos, desde os 14 trabalha como **office-girl** na CEF, através do convênio com o CIEE. O salário do pai, que é segurança noturno, e da mãe, faxineira, não era

suficiente para sustentar os 10 irmãos. “Estava vendo o aperto financeiro da minha família e resolvi procurar emprego. Com o salário que estou recebendo há três anos, hoje temos uma vida melhor”, ressalta a adolescente, que entrega para os pais todos os tickets para ajudar nas despesas com as compras e mais a metade de seu salário.

REDUÇÃO – Antes de conseguir o emprego como **office-boy** em um banco em Vitória, J.C.C.F já amar-

gou o que se chama de exploração do trabalho infantil. Filho de vigilante, ele ingressou no mercado de trabalho aos 14 anos trabalhando em uma padaria em Cariacica, onde fazia serviço de banco. Inicialmente, ganhava R\$ 20,00 por mês. No entanto, o empregador achou que estava pagando muito ao menor. Reduziu seu salário para R\$ 1,00, por dia de serviço de banco. Como as saídas eram poucas, ganhava R\$ 3,00 por semana. Ou seja, de R\$ 12,00 a R\$ 15,00 por mês.